

AJUSTE

Petistas atacam programa e defendem servidor

Parlamentares apontam teor recessivo de medidas e uso de funcionário público como "bode expiatório" do déficit

CARLA FRANCO

O deputado reeleito José Genoíno (PT-SP) defendeu ontem um amplo debate no Congresso sobre as medidas do ajuste fiscal anunciado ontem. Ele disse que vai propor ao presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), que convide empresários, sindicalistas e prefeitos para discutir com os parlamentares. "Não podemos acatar essas medidas de cabeça baixa", afirmou Genoíno. Para ele, o programa é "inaçutável".

Genoíno confessou-se "abismado" com as medidas divulgadas, fez duras críticas à cobrança da contribuição dos servidores inativos: "O inativo não pode ser o bode expiatório da situação econômica do País."

Apesar de defender uma reforma estrutural no sistema previdenciário, o deputado acha que é um erro responsabilizar a Previdência pelo déficit público. "O governo quer aumentar a contribuição dos servidores para cobrir o buraco provocado pela alta dos juros", criticou.

A opinião também foi compartilhada pelo líder do PT na Câmara, Marcelo Déda (SE). "Os funcionários públicos acabaram sendo transformados em bode expiatório do governo", acusou, em Brasília.

Dirceu – O presidente nacional do PT, deputado reeleito José Dirceu, classificou de "recessivo" o programa de ajuste fiscal divulgado. "O governo está repetindo o pacote que fez em 1997, que só causou recessão e desemprego", comparou Dirceu, numa referência às medi-

das apresentadas na época da crise asiática.

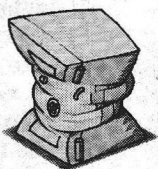
Para o deputado, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, agiu com "desonestidade intelectual" ao apontar o déficit da Previdência como responsável pela situação negativa das contas públicas. "Ele (Malan) não falou nem em câmbio nem em juros, que são o principal problema do País", disse Dirceu. "Isso é uma enganação."

Ele defendeu medidas como restrição às importações predatórias, o incentivo às exportações e o controle dos fluxos de capital como alternativas para combater os efeitos da crise dos mercados internacionais. Na opinião do deputado, o programa anunciado não vai resolver os principais problemas do País. E insistiu que o governo precisa mudar os rumos da política econômica. "Caso contrário, daqui a seis meses terá de fazer um novo pacote", previu.

O economista Guido Mantega, também ligado ao PT, criticou o aumento da CPMF e da Cofins. Afirmou que, embora seja contrário à elevação de impostos, por seu caráter recessivo, entende que o governo teria alternativas menos danosas para elevar a arrecadação. Em sua opinião, o melhor caminho seria elevar as alíquotas do Imposto sobre Importação e o Imposto Territorial Rural (ITR) e tributar as grandes fortunas.

"Vamos votar contra tudo o que foi anunciado", avisou o líder do PDT na Câmara, Miro Teixeira (RJ). Ele disse que, se o governo fizer por medida provisória a cobrança de contribuição dos inativos, a oposição entrará no Supremo Tribunal Federal com uma ação direta de inconstitucionalidade. (Agência Estado)

■ Colaborou Gerson Camarotti



DIRCEU: 'O GOVERNO ESTÁ REPETINDO PACOTE DE 97'



Miro, com Déda: "Vamos votar contra tudo o que foi anunciado"

Dida Sampaio/AE